Nº 326
CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 036/2026

Processo Administrativo Nº 02.19.00.1095/2026

A Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n. º 14.133/2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO de na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO GERENCIADOR
Secretaria Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Saúde - FMS

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)
Secretaria Municipal de Saúde

OBJETO
Contratação de empresa especializada para Aquisição de materiais de expediente, pedagógico e equipamentos funcionais, para atender as necessidades da equipe emulti da atenção primária e vigilância em saúde da secretária municipal de saúde de imperatriz.

VALOR TOTAL ESTIMADO
R$ 110.070,60 (cento e dez mil setenta reais e sessenta centavos)

PORTAL UTILIZADO: Licita Imperatriz
ENDEREÇO DO PORTAL: https://www.licitaimperatrizma.com.br
DATA: 27 de outubro de 2026.
HORÁRIO: 09:00 (nove horas) (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
E-MAIL: licitacao@imperatriz.ma.gov.br

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
INGRIDY SOARES LEAL

AUTORIDADE COMPETENTE
LINEKER COSTA SILVA

Nº 327 CPL

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R$ 0,10 (dez centavos)
REGIME DE EXECUÇÃO	POR ITEM
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	SIM
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

Nº 328 (V) CPL

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva no elevador do Hospital Municipal de Imperatriz - HMI., conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. Nos termos da legislação vigente, segue a indicação da dotação orçamentária:

02.19.00.10.302.0127.2274
Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades e Projetos do HMI e HMII
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Despesa: 1967 Fonte: 1600

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "Licita Imperatriz" através do site https://www.licitaimperatrizma.com.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

Nº 299 CPL

3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:

3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;

3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;

3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Nº 330 CPL

3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. **No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item

anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.

Nº 332 CPL

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Termo de Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.12. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.

5.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.

6.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

Nº 388 CPL

6.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

6.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.

6.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertada e registrado no sistema

7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.

7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.

7.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.

7.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:**

7.11.1. **Modo de Disputa Aberto:**

7.11.1.1. No modo de disputa "aberto", a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.

7.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

Nº 382
CPL

7.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.11.2. **Modo de Disputa Aberto -Fechado**:

7.11.2.1. No modo de disputa "aberto e fechado", é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.

7.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Nº 366 CPL

7.11.3. **Modo de Disputa Fechado-Aberto**:

7.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

Nº 336 CPL

7.12.2.2. empresas brasileiras;

7.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

8.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da "Declaração de ME/EPP" não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

8.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.

8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.

8.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

Nº 324 CPL

8.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**

8.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotes destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:

8.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotes cujo valor total seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:

8.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotes cujo valor total seja superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.

8.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.

8.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.

8.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.

8.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.

8.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.

8.8. A participação nos itens/lotes expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas

Nº 228 CPL

categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.

9.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Nº 339 CPL

10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

10.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente

Nº 240 CPL

de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

10.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

10.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).

10.9. Será desclassificada a proposta que:

10.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;

10.9.2. contiver vícios insanáveis;

10.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis

10.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.

10.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)

10.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.

10.10.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

10.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Nº 341 CPL

10.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

11.2. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nº 242 CPL

11.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.3.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.

11.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)

11.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Nº 343 CPL

11.11.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

11.14.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.15.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma

11.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Nº 242 CPL

11.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DA AMOSTRA

12.1. As regras relacionadas a apresentação de amostras são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

14.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

Nº 345 CPL

14.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

14.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

15.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. fraudar a licitação

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

Nº 346 CPL

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a

Nº 347 CPL

sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Nº 248 CPL

16.4. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.

16.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

16.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço e vincularão os participantes e a Administração.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.

17.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.

17.5. O Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

17.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.

Nº 229 CPL

17.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

17.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

17.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

17.8.3. Nas licitações por entregas parceladas, será priorizado a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

17.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

17.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

17.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

17.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.

17.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz- MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios e www.imperatriz.ma.gov.br.

17.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

18. ANEXOS

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato

Imperatriz – MA, 07 de outubro de 2026

LINEKER COSTA SILVA:03551637300

Assinado de forma digital por LINEKER COSTA SILVA:03551637300

Lineker Costa Silva
Secretário Municipal de Saúde

Nº 351 CPL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

<<TERMO DE REFERÊNCIA>>

Nº 352
CPL
Fls: 222
SEMUS

TERMO DE REFERÊNCIA, LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa à Aquisição de materiais de expediente, pedagógico e equipamentos funcionais, para atender as necessidades da equipe emulti da atenção primária e vigilância em saúde da secretária municipal de saúde de imperatriz.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, nos termos do inciso I, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação são de qualidade comum, não superior à cumprir as finalidades às quais se destinam, não se enquadrando como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 110.070,60 (Cento e dez mil setenta reais e sessenta centavos), conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.

2.2. A contratação será realizada na modalidade Pregão eletronico, por itens individuais, permitindo que fornecedores apresentem propostas para um ou mais itens, conforme seu interesse e capacidade de fornecimento

MATERIAIS EMULTI						
ITEM	CATMAT	DESCRIMINAÇÃO	APRES.	QUANTIDADES	VALOR ESTIMATIVA ETP	TOTAL
1	628475	**Algodão Uso Em Saúde** (Tipo: Hidrófilo; Material: Fibras De Algodão Purificado; Apresentação: Bola; Esterilidade: Não Estéril)	Pacotes	70	R$ 3,44	R$ 690,80
2	435053	**Barbante Algodão** (Quantidade Fios: 8 UN; Acabamento Superficial: Cru; Cor: Branca)	Rolos	20	R$ 13,90	R$ 278,00
3	464772	**Caneta Hidrográfica** (Material: Plastico; Material Ponta: Porosa; Espessura Escrita: Média; Cor Carga: Variada (12 Cores))	Embalagens	30	R$ 15,64	R$ 469,20
4	449827	**Cola** (Composição: Resina Sintetica; Cor: Incolor; Aplicação: Isopor; Tipo: Liquida)	Unidades	10	R$ 35,01	R$ 350,10
5	463459	**Fitilho** (Cor: Variada; Material: Polipropileno; Caracteristicas Adicionais: Largura: 10mm;)	Metros	30	R$ 22,65	R$ 679,50
6	613752	**Papel Kraft** (Material: Celulose Vegetal; Gramatura: 260 G/M2; Comprimento: 30,5 CM; Largura: 30,5 CM; Cor: Parda; Aplicação: Material Didatico; Caracteristicas Adicionais: Texturizado)	Folhas	100	R$ 53,93	R$ 5.393,00
7	386975	**Papel 40KG** (Papel Vegetal; Material: Celulose Vegetal; Gramatura: 110 G/M2; Formato: A4; Comprimento: 297 MM; Largura: 210 MM)	Folhas	100	R$ 58,32	R$ 5.832,00
8	625619	**Papel Emborrachado** (Material: Borracha Eva; Largura: 1,20 MM; Espessura: 2 MM)	Folhas	20	R$ 18,82	R$ 376,40

Nº 353 CPL

Fls. 223 SE. SUS

9	338538	**Giz Cera** (Material: Cera Plastica Com Corante Atóxico. Cor: Variadas. Tamanho: Grande. Espessura: Final)	Caixas	20	R$ 13,52	R$ 270,40
10	609202	**Lápis De Cor** (Material: Madeira. Cor: Diversas. Caracteristicas Adicionais: 24 Cores)	Caixas	20	R$ 23,78	R$ 475,60
11	429516	**Lápis Grafite** (Tipo: Atóxico. Cor: Preta. Material: Curvo Fusivel. Aplicação: Desenho Artistico)	Unidades	20	R$ 2,36	R$ 47,20
12	413508	**Massa Modelar** (Composição Básica: Cera. Quantidade Cores: 6 UN. Cor: Variada. Caracteristicas Adicionais: Atoxica)	Caixas	20	R$ 7,40	R$ 148,00
13	447944	Pincel Quadro Branco / **Magnético** (Material: Plastico. Material Ponta: Feltro. Tipo Carga: Descartável. Cor: Preta. Caracteristicas Adicionais: Ponta De 2,5mm De Diâmetro/Tampa Anti-Asfixiante)	Kits	30	R$ 22,61	R$ 678,30
14	625277	**Pasta Arquivo** (Material: Polipropileno. Tipo: L. Largura: 210 MM. Altura: 297 MM. Cor: Rosa. Capacidade: 10 FL)	Unidades	50	R$ 3,10	R$ 155,00
15	432392	**Palito de Picolé** (Material: Madeira. Comprimento: 10 CM. Aplicação: Picolé. Caracteristicas Adicionais: Certificação Ambiental. Tipo: Pontas Redondas. Cor: Variada)	Pacotes	20	R$ 3,62	R$ 66,20
16	354762	**Caneta Marca-Texto** (Material: Plástico. Tipo Ponta: Fluorescente. Cor: Variada. Tipo: Não Recarregável. Caracteristicas Adicionais: Traço 4 Mm)	Unidades	50	R$ 3,17	R$ 158,50
17	410348	**Pistola Aplicadora** (Tensão Alimentação: 110/220 V. Potencia: 60 W. Aplicação: Colagem. Caracteristicas Adicionais: Profissional)	Unidades	10	R$ 28,55	R$ 285,50
18	375733	**Tinta Guache** (Composição: Resina Vinilica/Agua/Pigmento/Cargas E Conservante. Cor: Diversas. Caracteristicas Adicionais: Conjunto C/ 6 Frascos De 15 Ml Cada)	Caixas	50	R$ 12,90	R$ 645,00

Nº 354 CPL

Fls. 224 SEMUS

19	626274	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Livro caixinha Atenção Seletiva. Material: Papel Cartão. Quantidade: 27 Peças. Uso: Material Psicopedagógico. Componentes: 50 exercícios. Outros Componentes: 1 Livro De Instruções)	Unidades	16	R$ 52,44	R$ 839,04
20	602188	Balão Festa (Material: Borracha Natural Latex. Cor: Laço De Cor Variada. Tamanho: Nº 9 (caixa/50 und))	Pacotes	43	R$ 29,54	R$ 1.269,64
21	636391	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Material: Madeira MDF. Quantidade: 27 Peças Características Adicionais: Maiúsculas. Cor: Colorido. Uso: Material Pedagógico. Aplicação: Aprendizado. Componentes: 26 Letras E Tabuleiro. Tipo: Alfabeto De Encaixe)	Unidades	33	R$ 46,67	R$ 1.540,11
22	630859	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Blocos Lógicos. Material: Plástico. Quantidade: 48 Peças. Características Adicionais: Jogo De Encaixe. Tamanho: 20,00 X 10,00 X 6,00 MM. Cor: Amarelo Azul E Vermelho. Uso: Escolar. Aplicação: Sala De Aula. Componentes: Formatos Variados)	Unidades	33	R$ 38,97	R$ 1.286,01
23	486429	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Conjunto De Sólidos Geométricos. Material: Acrílico. Quantidade: 20 Peças, Medindo Aproximadamente 145x100mm. Características Adicionais: Contém Os Poliedros Convexos Regulares)	Unidades	33	R$ 77,34	R$ 2.552,22
24	634027	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Brinquedo Educativo Potes & Cia. Material: Plástico. Características Adicionais: Conforme Modelo Apresentado. Tamanho: 25 x 17 x 10 cm. Uso: Pedagógico. Aplicação: Estimulação)	Unidades	33	R$ 42,76	R$ 1.411,08
25	630000	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Cubo. Material: Espuma De Poliuretano Expandida. Quantidade: 6 Peças. Tamanho: 16 X 16 x 16 CM. Cor: Diversas. Características: Colorido, Letras e Números)	Unidades	33	R$ 51,76	R$ 1.708,08
26	627674	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo Descobrindo as Emoções. Material: Papel Cartão. Quantidade: 3 jogos. Uso: bingo, jogo de memória e jogo de associação. Aplicação: aprender a identificar e expressar sentimentos e emoções)	Unidades	7	R$ 81,04	R$ 567,28
27	630861	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo De Dominó De Cores. Material: MDF. Quantidade: 28 Peças. Características Adicionais: Para Trabalhar Memória, Raciocínio Lógico)	Unidades	33	R$ 32,22	R$ 1.063,26
28	468453	**Material Pedagógico** (Tipo: Dominó De Libras E Animais. Material: MDF. Características Adicionais: Em Caixa De Madeira. Quantidade Peças: 28 UN)	Unidades	33	R$ 39,17	R$ 1.292,61
29	630967	**Material Pedagógico** (Tipo: Jogo Dominó Associação de Ideias. Material: MDF. Características Adicionais: Para Ensino Pedagógico Infantil. Quantidade Peças: 28 UN)	Unidades	33	R$ 40,17	R$ 1.325,61

Nº 355 CPL
Fls: 225 SEMUS

30	630253	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Forma Bichos Crescer. Material: Plastico. Quantidade: 36 Peças. 12 Cartões. Uso: 3 anos. Aplicação: estimular o aprendizado por meio da associação de formas e cores)	Unidades	7	R$ 40,66	R$ 284,62
31	617646	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Gato de Sapato. Material: Madeira. Quantidade: 30 cartas. Características Adicionais: 1 ampulheta. Aplicação: Educativo. Pedagógico)	Unidades	7	R$ 45,74	R$ 320,18
32	634241	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo Da Memória Letras E Figuras. Material: MDF. Quantidade: 52 Peças. Características Adicionais: Conforme Modelo. Tamanho: 2,2 X 9,3 X 4 CM. Uso: Pedagógico. Aplicação: Concentração)	Unidades	33	R$ 33,22	R$ 1.096,26
33	630969	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo De Memória (frutas). Material: MDF. Quantidade: 40 Peças. Características Adicionais: Tema Sílabas. Tamanho: 50,00 X 50,002 X 80 MM. Cor: Em Policromia. Uso: Escolar. Aplicação: Aprendizado. Componentes: Acondicionado Em Caixa De Madeira)	Unidades	33	R$ 29,53	R$ 974,49
34	480293	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo do tato. Material: Madeira. Quantidade: 20 peças. Cor: Multicolor)	Unidades	7	R$ 42,97	R$ 300,79
35	464240	**Livro Didático** (Grau: Educação Infantil. Definição: Livros Clássicos. Formato: impresso)	Unidades	198	R$ 58,14	R$ 11.511,72
36	610162	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Animais De Fazenda. Material: Borracha. Quantidade: 6 a 10 Componentes. Características Adicionais: Atóxico. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagogicos)	Unidades	33	R$ 18,98	R$ 625,68
37	610162	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Animais Da Floresta. Material: Borracha. Quantidade: 6 a 10 Componentes. Características Adicionais: Atóxico. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 51,34	R$ 1.694,22
38	610164	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Representando O Dia A Dia. Material: Material Tecido. Quantidade: 7 Personagens. Características Adicionais: 15 Cm. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagogicos)	Unidades	33	R$ 142,79	R$ 4.712,07
39	627915	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Pinças E Pompons. Material: Plastico/Algodao. Cor: Multicolorido. Uso: Coordenação Motora, Desenvolvimento Psicomotor. Aplicação: Coordenação Motora Fina. Concentração E Precisão. Componentes: Pinças E Pompons Coloridos)	Unidades	7	R$ 42,44	R$ 297,08
40	354984	**Quadro Magnético** (Tipo: Quadro de Desenho magnetico. Largura: 23 CM. Comprimento: 19 CM. Características Adicionais: Plastico. Aplicação: Brinquedo Educativo Montessori)	Unidades	33	R$ 22,38	R$ 738,54

Nº 356
CPL

Fls. 226
SE. M. S.

41	635623	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Material: Papel Cartão. Características Adicionais: Conforme Modelo. Uso: Material Pedagógico. Aplicação: Aprendizado. Componentes: 50 Cartas. Tipo: Dominó De Sílabas Complexas)	Unidades	33	R$ 89,05	R$ 2.938,65
42	630395	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Quebra-Cabeça. Material: MDF. Quantidade: 37 Peças. Características Adicionais: Peças Variadas: Cachorro, Elefante, Helicóptero. Tamanho: 21 X 17 / 20 X 19 / 22 X 18 / 20 X 16 CM. Cor: Multicolor. Uso: Escolar. Aplicação: Aprendizado)	Unidades	33	R$ 22,88	R$ 755,04
43	611921	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Quebra-Cabeça (Letras). Material: MDF. Quantidade: 26 Peças. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 25,93	R$ 855,69
44	611921	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Quebra-Cabeça (números). Material: MDF. Quantidade: 20 Peças. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 25,51	R$ 841,83
45	634239	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Kit De Sequências Lógico Temporal (atividades diárias). Material: MDF. Tamanho: 7 X 7 X 3 Cm (caixa); 30 X 10 X 4,5 Cm. Uso: Pedagógico. Aplicação: Aprendizado)	Unidades	33	R$ 58,60	R$ 1.933,80
46	626275	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Tabuleiro troca de emoções. Material: Plástico. Uso: Desenvolvimento De Recursos Didáticos E Pedagógicos. Componentes: 8 peças dados 1 tabuleiro 2 pedr	Unidades	33	R$ 118,43	R$ 3.908,19
47	631086	**Material Pedagógico** (Tipo: Tapete Educativo/Pedagógico Multicolorido. Material: Espuma De Alta Performance. Dimensões: 200 X 200 CM. Características Adicionais: Antiderrapante, Revestimento De Borgum Colorido)	Unidades	33	R$ 156,17	R$ 5.153,61
48	630090	**Tatame** (Material: E.V.A. Comprimento Placa: 100 CM. Largura Placa: 100 CM. Espessura Placa: 10 MM. Características Adicionais: Película Texturizada E Siliconada. Cor: Variada)	Unidades	33	R$ 98,63	R$ 3.254,79

49	617651	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Torre Inteligente. Material: Madeira. Cor: Multicolor. Aplicação: Empilhável. Outros Componentes: 32 Peças)	Unidades	35	R$ 78,70	R$ 2.597,10
50	401104	**Bastão Ginástica** (Material: Madeira. Comprimento: 1 M. Diâmetro Externo: 2,50 CM. Características Adicionais: Madeira Pinho)	Unidades	40	R$ 65,48	R$ 3.928,80
51	329056	**Caneleira** (Tipo: Peso De Areia. Características Adicionais: Revestido Em Nálon Com Velcro. Peso: 2 KG. Uso: Fisioterapia)	Pares	12	R$ 46,29	R$ 555,48
52	329058	**Caneleira** (Tipo: Peso De Areia. Características Adicionais: Revestido Em Nálon Com Velcro. Peso: 4 KG. Uso: Fisioterapia)	Pares	12	R$ 64,59	R$ 775,08
53	602148	**Caixa Som** (Potência: 40 W. Voltagem: 12 V. Tipo Fonte: Interna. Aplicação: Sala De Aula. Características Adicionais: Modelo Portátil Com Alça Para Transporte. Componentes Adicionais: Bluetooth. 4 Drives E 2 Radiadores De Graves)	Unidades	6	R$ 291,33	R$ 1.747,98
54	637498	**Colchonete Ginástica** (Material: EVA. Comprimento: 1 M. Largura: 0,50 M. Espessura: 20 MM. Cor: Variada)	Unidades	50	R$ 47,90	R$ 2.874,00
55	627756	**Equipamento / Acessorios Desporto** (Tipo: Kit Agilidade. Uso: Treinamento De Velocidade E Agilidade. Apresentação: Cone, Chapeu, Corda E Escada)	Unidades	6	R$ 87,35	R$ 524,10
56	613999	**Balança Pesar Pessoas** (Capacidade: 180 KG. Divisão: 100 G. Alimentação: Bateria. Modelo: Digital. Características Adicionais: Portátil, Plataforma De Vidro)	Unidades	6	R$ 68,43	R$ 410,58
57	472747	**Fita Métrica Costura** (Material: Papel. Comprimento: 200 CM. Cor: Branca. Características Adicionais: Descartável)	Unidades	10	R$ 12,69	R$ 126,90
58	637206	**Cone** (Material: Plastico. Altura: 23 CM. Aplicação: Atividade Física. Características Adicionais: Vazado. Base 13 X 13. Cone De Agilidade. Demarcatório)	Unidades	10	R$ 18,17	R$ 181,70
59	447975	**Cone** (Material: PVC. Altura: 4 CM. Aplicação: Atividade Física. Características Adicionais: Cone, Chapeu Cones, Demarcatório. Cores Variadas)	Unidades	60	R$ 8,00	R$ 480,00
60	466226	**Arco De Ginastica Ritmica (Bambolê)** (Material: Plástico. Diâmetro: 0,63 M. Aplicação: Práticas Esportivas. Cor: Variada)	Unidades	20	R$ 48,89	R$ 1.466,70
61	636531	**Plataforma Para Ginastica** (Tipo: Step Profissional Ajustável. Material: Polietileno. Comprimento: 70 CM. Largura: 30 CM. Altura: 15 CM. Capacidade Carga: 200 KG. Tipo Superfície: Antiderrapante)	Unidades	30	R$ 167,46	R$ 5.023,80
62	613069	**Faixa Exercitadora Muscular** (Tipo: Tira Elástica. Intensidade De Resistencia: Média. Material: Borracha Natural. Cor: Com Cor. Largura: Cerca De 12,5 Cm. Apresentação: Rolo)	Unidades	30	R$ 66,75	R$ 2.002,50
63	627092	**Haltere** (Material: Ferro Fundido. Tipo: Maciço. Revestimento: Borracha. Peso: 2 KG. Aplicação: Ginastica E Treinamento Desportivo. Características Adicionais: Resistente À Água, Óleos)	Unidades	12	R$ 36,85	R$ 442,20

Nº 368 CPL
Fls. 228

64	607798	**Haltere** (Material: Borracha. Tipo: Maciço. Forma: Redonda. Peso: 4 KG. Aplicação: Ginástica E Treinamento Desportivo)	Unidades	12	R$ 107,45	R$ 1.289,40
65	614447	**Corda** (Material: Sisal. Tipo: Torcida. Diâmetro: 40 MM. Aplicação: Exercício Físico. Características Adicionais: Pegadas Emborrachadas. Comprimento: 12m)	Unidades	10	R$ 357,06	R$ 3.570,60
66	637228	Corda De Pular. Material: PVC E PP. Espessura: 6 MM. Material Manopla: Plástico. Tipo (Manopla): Anatômica Com Rolamento. Comprimento: 2,80 M)	Unidades	12	R$ 53,80	R$ 645,60
67	450160	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Roda. Material: Aço E Policarbonato. Aplicação: Condicionamento Físico. Características Adicionais: Pegada Anatômica Antiderrapante E Rodas Duplas. Dimensões: 17,5 X 36 X 18 cm)	Unidades	10	R$ 70,32	R$ 703,20
68	460541	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Fita De Suspensão. Material: Nylon. Aplicação: Condicionamento Físico. Características Adicionais: Pegadores Emborrachados, Com Mosquetão E Argolas. Dimensões: 170 CM)	Unidades	10	R$ 155,24	R$ 1.552,40
69	617955	**Exercitador Muscular Para Membro Superior** (Modelo: Tipo Alicate Com Manopla E Mola. Resistência: Extra Forte. Com Intensidade Ajustável. Material: Polímero Resistente E Aço Inoxidável. Cor: Com Cor. Apresentação: Unidade)	Unidades	18	R$ 68,57	R$ 1.234,26
70	444941	**Bicicleta Ergométrica** (Tipo: Mecânico. Modelo: Mini Bike Portátil. Capacidade Máxima: 100 KG. Funções Painel: Distância/Tempo/Calorias. Características Adicionais: Pedais Magnéticos)	Unidades	3	R$ 231,24	R$ 693,72
71	618091	**Faixa Exercitadora Muscular** (Tipo: Banda Circular Elástica. Intensidade De Resistência: Variadas. Material: Borracha Sintética. Cor: Com Cor. Comprimento Linear: Cerca De 2 M. Largura: Cerca De 2,5 Cm. Apresentação: Unidade)	Kits	18	R$ 65,72	R$ 1.182,96
72	602160	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Bola Para Pilates. Modelo: Bola Suíça. Aplicação: Condicionamento Físico. Características Adicionais: Diâmetro: 65 Cm. PVC Antiderrapante, Carga: 200 Kg)	Unidades	15	R$ 77,41	R$ 1.161,15
73	465860	**Material Fisioterapia** (Tipo: Bola Lisa (overball). Material: PVC. Características Adicionais: Sistema Anti-Estouro. Diâmetro: Cerca De 25 CM)	Unidades	5	R$ 33,90	R$ 169,50
74	612817	**Material Fisioterapia** (Tipo: Bola de Ieite. Material: Borracha Natural. Aplicação: Exercício Fortalecimento Muscular. Diâmetro: Cerca De 8 CM)	Unidades	50	R$ 13,48	R$ 674,00

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade da aquisição de materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais para a equipe eMULTI decorre da importância fundamental desses profissionais no âmbito da Atenção Primária e Vigilância em Saúde.

3.2. Atualmente, a equipe eMULTI enfrenta dificuldades operacionais devido à insuficiência ou inadequação de materiais básicos de expediente (papel, canetas, pastas, formulários), materiais pedagógicos (jogos, cartilhas, recursos lúdicos) e equipamentos funcionais (cronômetros, aparelhos de pressão, tablets, colchonetes, elásticos funcionais, bolas suíças, entre outros), comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados.

3.3. Conforme relatado no Ofício nº 669/2025 – SAPVS/SEMUS, há expressa demanda por materiais e equipamentos que viabilizem as atividades da equipe eMULTI, que atua com:

- Atendimentos individuais e coletivos;
- Ações de educação em saúde;
- Visitas domiciliares e comunitárias;
- Atividades de reabilitação funcional;
- Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

3.4. A presente demanda está alinhada com os princípios de humanização, eficiência e integralidade do SUS, sendo essencial para garantir que a equipe eMULTI atue com dignidade, eficácia e resolutividade.

3.5. A ausência desses materiais e equipamentos compromete:

- A qualidade dos atendimentos e ações coletivas;
- A eficácia das atividades educativas e de promoção da saúde;
- A capacidade de registro e monitoramento das ações;
- O vínculo entre equipe e população;
- A resolutividade das intervenções psicossociais e funcionais.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A presente aquisição não estava prevista no Plano de Contratações Anual, mas se faz necessária em razão da necessidade operacional da equipe eMULTI, conforme justificativa técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Ofício nº 669/2025 – SAPVS/SEMUS.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto e especificação dos produtos, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.2. Os itens a serem adquiridos incluem:

5.3.

5.4. Materiais de expediente: papeis, pinceis, pastas, pranchetas para visita domiciliar, blocos de anotação, cola, fitilho, papel kraft, entre outros.

5.5. Materiais pedagógicos: jogos educativos (dominó de cores, quebra-cabeças, blocos lógicos, sólidos geométricos), cartilhas ilustrativas, fantoches, materiais para dinâmicas de grupo, livros didáticos, tapetes educativos, tatames, entre outros.

5.6. Equipamentos funcionais: bastões de ginástica, caneleiras (2kg e 4kg), caixas de som, colchonetes, kit agilidade, balança digital, fitas métricas, cones, bambolês, steps, faixas elásticas, halteres (2kg e 4kg), cordas, cordas de pular, roda de condicionamento físico, fita de suspensão, exercitador de membro superior, bicicleta ergométrica mini bike, bola suíça, bola overball, bola de leite.

Nº 360 CPL
Fls. 220 SEMUS

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação, como critérios de sustentabilidade, indicação de marcas ou modelos, ou ainda a vedação de contratação de marca ou produtos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Para a presente contratação, a Administração reserva-se o direito de solicitar amostras dos itens cotados, especialmente dos materiais pedagógicos e equipamentos funcionais, para verificação do atendimento às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, antes da contratação definitiva.

7.2. As amostras deverão ser apresentadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, em local indicado pela Administração, sem ônus para o contratante

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os equipamentos eletrônicos e funcionais deverão possuir garantia contratual mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

11.1. Em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, esta licitação terá:

11.1.1. Os itens com valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverão ser de participação exclusiva de Microempresas -- ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual -- MEI;

11.1.2. Reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

11.1.3. Na licitação, deverá ser assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006;

11.1.4. Na licitação, deverá ser assegurado a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no **ÂMBITO LOCAL ou REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do §3º do art. 48 da LC 123/2006, para fomento do comércio local/regional e promoção do desenvolvimento.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Nº 361
CPL
FIS. 831

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal aplicável.

13.2. O pregão será estruturado em **itens independentes**, sendo vencedor, para cada item, o licitante que ofertar o menor preço, respeitados os requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

13.3. Não haverá exigência de que o fornecedor apresente proposta para todos os itens como condição de participação.

Forma de fornecimento

13.4. O fornecimento dos materiais e equipamentos será realizado em parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de serviço.

13.5. A entrega deverá ser feita no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz – MA, mediante agendamento com a fiscalização do contrato.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive fretes, impostos, taxas, contribuições, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, seguros e demais custos que incidam sobre a execução do objeto;

14.2. A proposta de preço deverá conter:

- Discriminação detalhada dos itens ofertados (código, descrição completa, especificações técnicas);
- Quantidade solicitada por item;
- Valor unitário (numérico) e valor total por item;
- Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias;
- Prazo de entrega dos materiais/equipamentos.

.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

15.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

15.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

15.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

15.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

15.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**

15.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

15.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

15.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

15.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011);

15.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal;

15.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

15.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA,** que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

15.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

15.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

15.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

15.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

15.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou

Nº 364
CPL
Fls. 204

do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

15.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital -- ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

15.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

15.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

15.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

15.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

15.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

Nº 265
CPL
Fls. 235
SEMUS

15.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

15.4.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou certidões deverão comprovar que a empresa, ou se for o caso, o profissional, executou, satisfatoriamente, objeto compatível com o da presente licitação ou com o item pertinente de seu interesse, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto licitado e o executado pela licitante.

15.4.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

15.4.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da **CONTRATANTE** e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15.4.3.3. Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

15.4.3.4. Os atestados ou certidões que não possuírem as informações mínimas para a sua análise serão objeto de diligência.

15.4.4. Descrição do material fornecido.

15.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

15.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

15.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

15.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

16.1. O prazo de entrega dos materiais e equipamentos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou da assinatura do contrato..

16.2. A contratada deverá comunicar a Administração com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência sobre a data de entrega, para fins de agendamento e disponibilização de equipe para recebimento..

16.3. Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas, protegendo os itens contra danos durante o transporte.

Garantia e assistência técnica

16.4. O prazo de garantia contratual para eletrônicos é de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo.

16.5. A garantia abrange a correção de eventuais defeitos de fabricação ou vícios ocultos, bem como a substituição do item defeituoso, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

16.6. O suporte técnico (quando aplicável a equipamentos eletrônicos) deverá ser prestado em dias úteis, no horário comercial, por meio de canal de atendimento (telefone, e-mail ou sistema de chamados), com prazo máximo de resposta de 48 (quarenta e oito) horas..

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

17.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

17.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

17.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

17.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

17.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

17.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

17.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela

Nº 368 CPL
Fls: 238 SEMUS

fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.19.00.10.301.0086.2742 : Projeto/Atividade: Manutenção da Atenção Primaria
3.3.90.30.00 – Material de Consumo Despesa: 1835
Fonte:1600
02.19.00.10.305.0094.2603 : Projeto/Atividade: Manutenção da Vigilância Epidemiológica em Saúde
3.3.90.30.00 – Material de Consumo Despesa: 2149
Fonte:1600

18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela qualidade dos materiais nem a garantia legal ou contratual.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

20.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

20.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Nº 359
CPL

FIS. 239
SEJLS

20.2.1. o prazo de validade;
20.2.2. a data da emissão;
20.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
20.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
20.2.5. o valor a pagar; e
20.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

20.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

20.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

20.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

20.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nº 240 CPL

Fls. 240 SEMUS

21. DO REAJUSTE

21.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

21.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Administração Pública, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Administração Pública pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

22. DA PUBLICAÇÃO

22.1 O extrato da contratação será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência e publicidade ao processo.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 O Senhor Secretário Municipal de Saúde – SEMUS/Imperatriz-MA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, conforme previsto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando houver prejuízo à licitante, com a devida publicação na Imprensa Oficial.

Lailla Dayenny F. Cortez
Matrícula: 852768-1

Imperatriz - MA, 14 de maio de 2026.

Lailla Dayenny Ferreira Cortez
Comissão de Planejamento e Licitações/ SEMUS

DESPACHO:
APROVO NA FORMA DA LEI
Lineker Costa Silva
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 852752

LINEKER COSTA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Nº 341 CPL
Fls. 15 SEMUS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Unidade Requisitante
Secretaria Municipal de Saúde, 00.939.023/0001-66

Alinhamento com o Planejamento Anual
A presente aquisição não estava prevista no Plano de Contratações Anual, mas se faz necessária em razão da necessidade operacional da equipe eMULTI, conforme justificativa técnica apresentada no Ofício nº 669/2025 – SAPVS/SEMUS

Equipe de Planejamento
Miryellen Oliveira Pontes, Lailla Dayenny Ferreira Cortez, Giovanni Oliveira Nogueira, Anderson Roberto Santana.

Problema Resumido
A insuficiência de materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais compromete a qualidade das ações da equipe eMULTI (Assistentes Sociais, Psicólogos, Educador Físico, Fisioterapeutas e Terapeuta Ocupacional), resultando em baixa efetividade das atividades de promoção da saúde, prevenção de doenças e suporte psicossocial à população atendida pela Atenção Primária e Vigilância em Saúde.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da aquisição de materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais para a equipe eMULTI da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz decorre da importância fundamental desses profissionais no âmbito da Atenção Primária e Vigilância em Saúde.

A equipe eMULTI é composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Educador Físico, Fisioterapeutas e Terapeuta Ocupacional, que desenvolvem atividades como:

Atendimentos individuais e coletivos;
Ações de educação em saúde;
Visitas domiciliares e comunitárias;
Atividades de reabilitação funcional;
Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Atualmente, a equipe enfrenta dificuldades operacionais devido à **insuficiência ou inadequação** de:

Nº 372
CPL

Fls.
16
SEMUS

Materiais de expediente (papeis, pinceis, pastas, colas, lapiseiras, etc.);

Materiais pedagógicos (jogos educativos, cartilhas, recursos lúdicos, materiais para dinâmicas de grupo);

Equipamentos funcionais (cronômetros, aparelhos de pressão, materiais para ginástica funcional leve, tablets para registros, etc.).

A ausência desses itens compromete:

A qualidade dos atendimentos e ações coletivas;

A eficácia das atividades educativas e de promoção da saúde;

A capacidade de registro e monitoramento das ações;

O vínculo entre equipe e população;

A resolutividade das intervenções psicossociais e funcionais.

A presente demanda está alinhada com os princípios da humanização, eficiência e integralidade do SUS, sendo essencial para garantir que a equipe eMULTI atue com dignidade, eficácia e resolutividade.

REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz – MA, por intermédio da equipe eMULTI vinculada à Atenção Primária e Vigilância em Saúde, pretende contratar empresa especializada para o **fornecimento de materiais de expediente, materiais pedagógicos e equipamentos funcionais**, conforme especificações técnicas e quantitativos a serem detalhados no Termo de Referência.

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos, organizados em requisitos gerais, específicos por categoria e obrigações acessórias.

Todos os itens a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento (quando aplicável) e isentos de qualquer defeito ou vício de qualidade. Os materiais de expediente e pedagógicos deverão apresentar acabamento adequado ao uso diário e intenso por parte dos profissionais da equipe eMULTI, garantindo durabilidade e segurança durante as atividades individuais e coletivas realizadas nos equipamentos públicos de saúde, em residências ou em espaços comunitários.

Os equipamentos funcionais, por sua vez, deverão atender às normas técnicas vigentes no país, incluindo, quando couber, certificação do INMETRO ou autorização da ANVISA. Todos os itens deverão ser compatíveis com as atividades típicas da equipe eMULTI, que incluem atendimentos psicossociais, ações de educação em saúde, visitas domiciliares, atividades de reabilitação funcional e ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Aquisição por meio de Pregão (eletrônico ou presencial) – mais adequada para itens comuns, com ampla concorrência e menor prazo.

Aquisição por meio de Registro de Preços – recomendada para contratações futuras ou entregas parceladas.

Aquisição direta – não recomendada, salvo exceções legais.

Nº 373
CPL
Fls. 17
SEMUS

Análise Comparativa:

Critério	Pregão	Registro de Preços	Dispensa de Licitação
Adequação ao objeto	Alta	Média	Baixa (salvo exceção)
Competitividade	Alta	Alta	Nula
Prazo de contratação	Curto	Médio	Curto
Possibilidade de múltiplos fornecedores	Sim (por lote)	Sim	Não

Solução escolhida: Pregão, preferencialmente eletrônico, por ser a modalidade mais adequada para aquisição de bens comuns, permitindo maior competitividade, redução de preços e celeridade no processo.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Aquisição por itens de materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais, por meio de Pregão eletrônico, destinados à equipe eMULTI da Atenção Primária e Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz – MA.

QUANTITATIVOS E VALORES

MATERIAIS EMULTI						
ITEM	CATMAT	DESCRIMINAÇÃO	APRES.	QUANTIDADES	VALOR ESTIMATIVA ETP	TOTAL
1	628475	Algodão Uso Em Saúde (Tipo: Hidrófilo. Material: Fibras De Algodão Purificado. Apresentação: Bola. Esterilidade: Não Estéril)	Pacotes	70	R$ 9,00	R$ 630,00
2	435053	Barbante Algodão (Quantidade Fios: 8 UN. Acabamento Superficial: Cru. Cor: Branco)	Rolos	20	R$ 14,00	R$ 280,00
3	464772	Caneta Hidrográfica (Material: Plástico. Material Ponta: Poliéster. Espessura Escrita: Média. Cor Carga: variada (12 Cores))	Embalagens	40	R$ 17,80	R$ 527,00
4	449827	Cola (Composição: Resina Sintética. Cor: Incolor. Aplicação: Isopor. Tipo: Líquida)	Unidades	10	R$ 37,60	R$ 376,00

5	463459	**Fitilho** (Cor: Variada. Material: Polipropileno. Caracteristicas Adicionais: Largura 10mm)	Metros	30	R$ 23,50	R$ 705,00
6	613752	**Papel Kraft** (Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 280 G/M2. Comprimento: 30,5 CM. Largura: 30,5 CM. Cor: Parda. Aplicação: Material Didático. Caracteristicas Adicionais: Texturizado)	Folhas	100	R$ 58,80	R$ 5.880,00
7	366975	**Papel 40KG** (Papel Vegetal. Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 110 G/M2. Formato: A4. Comprimento: 297 MM. Largura: 210 MM)	Folhas	100	R$ 64,00	R$ 6.400,00
8	625619	**Papel Emborrachado** (Material: Borracha Eva. Largura: 1 20 MM. Espessura: 2 MM)	Folhas	20	R$ 20,70	R$ 414,00
9	338538	**Giz Cera** (Material: Cera Plastica Com Corante Atóxico. Cor: Variadas. Tamanho: Grande. Espessura: Fina)	Caixas	20	R$ 16,10	R$ 322,00
10	609202	**Lápis De Cor** (Material: Madeira. Cor: Diversas. Caracteristicas Adicionais: 24 Cores)	Caixas	20	R$ 25,70	R$ 514,00
11	429510	**Lápis Grafite** (Tipo: Atoxico. Cor: Preta. Material: Carvao Fusains. Aplicação: Desenho Artistico)	Unidades	20	R$ 2,70	R$ 54,00
12	413508	**Massa Modelar** (Composição Básica: Cera. Quantidade Cores: 6 UN. Cor: Variada. Caracteristicas Adicionais: Atóxica)	Caixas	20	R$ 7,80	R$ 156,00
13	447944	**Pincel Quadro Branco / Magnético** (Material: Plástico. Material Ponta: Feltro. Tipo Carga: Descartável. Cor: Preta. Caracteristicas Adicionais: Ponta De 2,5mm De Diâmetro/Tampa Anti-Asfixiante)	Kits	30	R$ 23,90	R$ 717,00
14	625277	**Pasta Arquivo** (Material: Polipropileno. Tipo: L. Largura: 210 MM. Altura: 297 MM. Cor: Rosa. Capacidade: 10 Fls)	Unidades	50	R$ 3,60	R$ 180,00
15	432392	**Palito de Picolé** (Material: Madeira. Comprimento: 10 CM. Aplicação: Picole. Caracteristicas Adicionais: Certificação Ambiental. Tipo: Pontas Redondas. Cor: Variada)	Pacotes	10	R$ 9,70	R$ 97,00
16	354762	**Caneta Marca-Texto** (Material: Plastico. Tipo Ponta: Fluorescente. Cor: Variada. Tipo: Não Recarregável. Caracteristicas Adicionais: Traço 4 Mm)	Unidades	50	R$ 3,40	R$ 170,00

Nº 375
CPL

Fls. 19
SEMUS

17	410348	**Pistola Aplicadora** (Tensão Alimentação: 110/220 V. Potência: 60 W. Aplicação: Colagem. Características Adicionais: Profissional)	Unidades	10	R$ 31,90	R$ 319,00
18	375733	**Tinta Guache** (Composição: Resina Vinílica, Água Pigmento, Cargas E Conservante. Cor: Diversas. Características Adicionais: Conjunto C/ 6 Cores De 15 Ml Cada)	Caixas	50	R$ 14,40	R$ 720,00
19	626274	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Livro caixinha Atenção Seletiva. Material: Papel Cartão. Quantidade: 27 Peças. Uso: Material Psicopedagógico. Componentes: 50 exercícios. Outros Componentes: 1 Livro De Instruções)	Unidades	16	R$ 63,00	R$ 1.008,00
20	602198	**Balão Festa** (Material: Borracha Natural, Latex. Cor: Liso. Cor: Cor Variada. Tamanho: Nº 9 (caixa/50 Und.))	Pacotes	66	R$ 21,00	R$ 1.386,00
21	636391	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Material: Madeira MDF. Quantidade: 27 Peças. Características Adicionais: Maiusculas. Cor: Colorido. Uso: Material Pedagógico. Aplicação: Aprendizado. Componentes: 26 Letras E Tabuleiro. Tipo: Alfabeto De Encaixe)	Unidades	33	R$ 49,50	R$ 1.633,50
22	630859	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Blocos Lógicos. Material: Plástico. Quantidade: 48 Peças. Características Adicionais: Jogo De Encaixe. Tamanho: 20,00 X 10,00 X 5,00 MM. Cor: Amarelo, Azul E Vermelho. Uso: Escolar. Aplicação: Sala De Aula. Componentes: Formatos Variados)	Unidades	33	R$ 42,00	R$ 1.386,00
23	486429	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Conjunto De Sólidos Geométricos. Material: Acrílico. Quantidade: 20 Peças. Medindo Aproximadamente 145x100mm. Características Adicionais: Contém Os Poliedros Convexos Regulares)	Unidades	33	R$ 78,00	R$ 2.574,00
24	634027	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Brinquedo Educativo Potes & Cia. Material: Plástico. Características Adicionais: Conforme Modelo Apresentado. Tamanho: 25 x 17 x 10 cm. Uso: Pedagógico. Aplicação: Estimulação)	Unidades	33	R$ 44,00	R$ 1.452,00
25	630000	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Cubo. Material: Espuma De Poliuretano Expandida. Quantidade: 6 Peças. Tamanho: 16 X 16 X 16 CM. Cor: Diversas. Características: Colorido, Letras e Números)	Unidades	33	R$ 53,90	R$ 1.778,70
26	627674	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo Descobrindo as Emoções. Material: Papel Cartão. Quantidade: 3 jogos. Uso: bingo, jogo de memória e jogo de associação. Aplicação: aprender a identificar e expressar sentimentos e emoções)	Unidades	7	R$ 85,10	R$ 595,70
27	630861	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Jogo De Dominó De Cores. Material: MDF. Quantidade: 28 Peças. Características Adicionais: Para Trabalhar Memória, Raciocínio Lógico)	Unidades	33	R$ 33,20	R$ 1.095,60

Nº 376
CPL

FIS. 20 SEMUS

28	468453	Material Pedagógico (Tipo: Dominó De Libras E Animais. Material: MDF. Características Adicionais: Em Caixa De Madeira. Quantidade Peças: 28 UN)	Unidades	33	R$ 40,00	R$ 1.320,00
29	630967	Material Pedagógico (Tipo: Jogo Dominó Associação de Ideias. Material: MDF. Características Adicionais: Para Ensino Pedagógico Infantil. Quantidade Peças: 28 UN)	Unidades	33	R$ 45,00	R$ 1.485,00
30	630253	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Forma Bichos Cluster. Material: Plastico. Quantidade: 45 Peças, 12 cartões. Uso: 3 anos. Aplicação: estimula o aprendizado por meio da associação de formas e cores)	Unidades	7	R$ 47,00	R$ 329,00
31	617646	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Gato de Sapato. Material: Madeira. Quantidade: 30 cartas. Características Adicionais: 1 ampulheta. Aplicação: Educativo, Pedagógico)	Unidades	7	R$ 57,70	R$ 403,90
32	634241	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Jogo Da Memoria Letras E Figuras. Material: MDF. Quantidade: 52 Peças. Características Adicionais: Conforme Modelo. Tamanho: 22 X 43 X 4 CM. Uso: Pedagógico. Aplicação: Concentração)	Unidades	32	R$ 34,00	R$ 1.122,00
33	630969	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Jogo De Memória (frutas). Material: MDF. Quantidade: 40 Peças. Características Adicionais: Tema Sílabas. Tamanho: 56,00 X 50,002 X 80 MM. Cor: Em Policromia. Uso: Escolar. Aplicação: Aprendizado. Componentes: Acondicionado Em Caixa De Madeira)	Unidades	33	R$ 29,80	R$ 983,40
34	480293	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Jogo do tato. Material: Madeira. Quantidade: 20 peças. Cor: Multicolor)	Unidades	7	R$ 44,90	R$ 314,30
35	464240	Livro Didático (Grau: Educação Infantil. Definição: Livros Clássicos. Formato: Impresso)	Unidades	198	R$ 61,00	R$ 12.078,00
36	610162	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Animais De Fazenda. Material: Borracha. Quantidade: 6 a 10 Componentes. Características Adicionais: Atóxico. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 18,00	R$ 594,00
37	610162	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Animais Da Floresta. Material: Borracha. Quantidade: 6 a 10 Componentes. Características Adicionais: Atóxico. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 62,50	R$ 2.062,50
38	610164	Jogo / Brinquedo Pedagógico (Tipo: Representantes Da Família. Material: Tecido. Quantidade: 7 Personagens. Características Adicionais: 15 Cm. Cor: Multicolor. Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 145,80	R$ 4.811,40

Nº 277
CPL
FIS. 21
SEMUS

39	627916	Jogo / Brinquedo Pedagogico (Tipo: Pinças E Pompons, Material: Plastico/Algodao, Cor: Multicolorido, Uso: Coordenação Motora, Desenvolvimento Psicomotor, Aplicação: Coordenação Motora Fina, Concentração E Precisão, Componentes: Pinças E Pompons Coloridos)	Unidades	7	R$ 43,30	R$ 303,10
40	354984	**Quadro Magnético** (Tipo: Quadro de Desenho magnetico, Largura: 23 CM, Comprimento: 19 CM, Caracteristicas Adicionais: Plástico, Aplicação: Brinquedo Educativo Montessori)	Unidades	33	R$ 26,80	R$ 884,40
41	635623	Jogo / Brinquedo Pedagogico (Material: Papel Cartão, Caracteristicas Adicionais: Conforme Modelo, Qual: Material Pedagogico, Aplicação: Aprendizado, Componentes: 50 Cartas, Tipo: Dominó De Sílabas Complexas)	Unidades	72	R$ 42,20	R$ 3.042,60
42	630395	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Quebra-Cabeça, Material: MDF, Quantidade: 37 Peças, Caracteristicas Adicionais: Peças Variadas: Cachorro, Elefante, Helicoptero, Tamanho: 21 X 12,7 / 20 X 19 / 22 X 18 / 20 X 15 CM, Cor: Multicolor, Uso: Escolar, Aplicação: Aprendizado)	Unidades	32	R$ 23,00	R$ 759,00
43	611921-	**Jogo / Brinquedo Pedagogico** (Tipo: Quebra-Cabeça (Letras), Material: MDF, Quantidade: 20 Peças, Cor: Multicolor, Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 28,00	R$ 924,00
44	611921	**Jogo / Brinquedo Pedagogico** (Tipo: Quebra-Cabeça (numeros), Material: MDF, Quantidade: 20 Peças, Cor: Multicolor, Aplicação: Jogos Pedagógicos)	Unidades	33	R$ 26,40	R$ 871,20
45	634239	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Fit De Sequencias Lógico Temporal (atividades diárias), Material: MDF, Tamanho: 7 X 7 X 3 Cm (caixa) 30 X 10 X 4,5 Cm, Uso: Pedagógico, Aplicação: Aprendizado)	Unidades	33	R$ 61,80	R$ 2.042,70
46	626275	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo: Tabuleiro Roda de emoções, Material: Plástico, Uso: Desenvolvimento De Recursos Didáticos E Pedagógicos, Componentes: 6 pinos coloridos, tabuleiro e dado)	Unidades	33	R$ 145,00	R$ 4.785,00
47	631085	**Material Pedagógico** (Tipo: Tapete Educativo,Pedagógico Multicolorido, Material: Espuma De Alta Performance, Dimensões: 200 X 200 CM, Caracteristicas Adicionais: Antiderrapante, Revestimento De Sagum Colorido)	Unidades	33	R$ 161,00	R$ 5.313,00

Nº 348
CPL

Fls. 22
SEMUS

48	630090	**Tatame** (Material: E.V.A. Comprimento Placa: 100 CM. Largura Placa: 100 CM. Espessura Placa: 10 MM. Caracteristicas Adicionais: Pelicula Texturizada E Siliconada. Cor: Variada)	Unidades	33	R$ 105,00	R$ 3.465,00
49	617651	**Jogo / Brinquedo Pedagógico** (Tipo Torre Inteligente. Material: Madeira. Cor: Multicolor. Aplicação: Empilhável. Outros Componentes: 32 Peças)	Unidades	33	R$ 79,60	R$ 2.626,80
50	401104	**Bastão Ginástica** (Material: Madeira. Comprimento: 1 M. Diâmetro Externo: 2,50 CM. Caracteristicas Adicionais: Madeira Pinho)	Unidades	60	R$ 67,00	R$ 4.020,00
51	329056	**Caneleira** (Tipo: Peso De Areia. Caracteristicas Adicionais: Revestido Em Nailon Com Velcro. Peso: 2 KG. Uso: Fisioterapia)	Pares	12	R$ 46,50	R$ 558,00
52	329058	**Caneleira** (Tipo: Peso De Areia. Caracteristicas Adicionais: Revestido Em Nailon Com Velcro. Peso: 4 KG. Uso: Fisioterapia)	Pares	12	R$ 70,00	R$ 840,00
53	602148	**Caixa Som** (Potencia: 40 W. Voltagem: 12 V. Tipo Fonte: Interna. Aplicação: Sala De Aula. Caracteristicas Adicionais: Modelo Portátil Com Alça Para Transporte. Componentes Adicionais: Bluetooth, 4 Drives E 2 Radiadores De Graves)	Unidades	5	R$ 300,00	R$ 1.500,00
54	637496	**Colchonete Ginastica** (Material: E.V.A. Comprimento: 1 M. Largura: 0,50 M. Espessura: 20 MM. Cor: Variada)	Unidades	6	R$ 58,70	R$ 352,20
55	627756	**Equipamento / Acessórios Desporto** (Tipo: Kit Agilidade. Uso: Treinamento De Velocidade E Agilidade. Apresentação: Cone, Chapéu, Corda E Escada)	Unidades	6	R$ 95,00	R$ 570,00
56	613999	**Balança Pesar Pessoas** (Capacidade: 180 KG. Divisão: 100 G. Alimentação: Bateria. Modelo: Digital. Caracteristicas Adicionais: Portátil, Plataforma De Vidro)	Unidades	6	R$ 69,90	R$ 419,40
57	472747	**Fita Métrica Costura** (Material: Papel. Comprimento: 200 CM. Cor: Branca. Caracteristicas Adicionais: Descartável)	Unidades	10	R$ 13,20	R$ 132,00
58	637206	**Cone** (Material: Plástico. Altura: 23 CM. Aplicação: Atividade Física. Caracteristicas Adicionais: Vazado. Base: 13 X 13. Cone De Agilidade. Demarcatorio)	Unidades	10	R$ 19,00	R$ 190,00
59	447975	**Cone** (Material: PVC. Altura: 4 CM. Aplicação: Atividade Física. Caracteristicas Adicionais: Oval. Tipo: Cones Demarcatorios. Cores: Variadas)	Unidades	60	R$ 8,00	R$ 480,00
60	466226	**Arco De Ginástica Rítmica (Bambolê)** (Material: Plástico. Diâmetro: 0,63 M. Aplicação: Praticas Esportivas. Cor: Variada)	Unidades	30	R$ 49,80	R$ 1.494,00
61	636531	**Plataforma Para Ginástica** (Tipo: Step Profissional Ajustável. Material: Polietileno. Comprimento: 70 CM. Largura: 30 CM. Altura: 15 CM. Capacidade Carga: 200 KG. Tipo Superficie: Antiderrapante)	Unidades	30	R$ 188,90	R$ 5.667,00

Nº 279 CPL

Fls. 23 SEMUS

62	618069	**Faixa Exercitadora Muscular** (Tipo: Tira Elástica. Intensidade De Resistência: Média. Material: Borracha Sintética. Cor: Com Cor. Largura: Cerca De 1/ 5 Cm. Apresentação: Rolo)	Unidades	30	R$ 69,40	R$ 2.082,00
63	627092	**Haltere** (Material: Ferro Fundido. Tipo: Maciço. Revestimento: Borracha. Peso: 2 KG. Aplicação: Ginastica E Treinamento Desportivo. Caracteristicas Adicionais: Resistente A Água, Oleos)	Unidades	12	R$ 37,20	R$ 446,40
64	607798	**Haltere** (Material: Borracha. Tipo: Maciço. Forma: Redonda. Peso: 4 KG. Aplicação: Ginástica E Treinamento Desportivo)	Unidades	12	R$ 130,00	R$ 1.560,00
65	614447	**Corda** (Material: Sisal. Tipo: Torcida. Diâmetro: 40 MM. Aplicação: Exercício Físico. Caracteristicas Adicionais: Pegadas Emborrachadas. Comprimento: 12m)	Unidades	10	R$ 378,80	R$ 3.788,00
66	637220	**Corda De Pular** (Material: PVC E PP. Espessura: 6 MM. Material Manopla: Plástico. Tipo Manopla: Anatomica Com Rolamento. Comprimento: 3,00 M)	Unidades	12	R$ 58,90	R$ 706,80
67	450160	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Roda. Material: Aço E Policarbonato. Aplicação: Condicionamento Físico. Caracteristicas Adicionais: Pegade Anatômica Antiderrapante E Rodas Duplas. Dimensões: 17,5 X 36 X 18 cm)	Unidades	10	R$ 75,00	R$ 750,00
68	460541	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Fita De Suspensão. Material: Nylon. Aplicação: Condicionamento Físico. Caracteristicas Adicionais: Pegadores Emborrachados. Com Mosquetão E Argolas. Dimensões: 170 CM)	Unidades	10	R$ 163,00	R$ 1.630,00
69	617955	**Exercitador Muscular Para Membro Superior** (Modelo: Tipo Aliviate Com Manopla E Mola. Resistência: Extra Forte. Com Intensidade Ajustável. Material: Polimero Resistente E Aço Inoxidavel. Cor: Com Cor. Apresentação: Unidade)	Unidades	18	R$ 72,50	R$ 1.305,00
70	444941	**Bicicleta Ergométrica** (Tipo: Mecânica. Modelo: Mini Bike Portátil. Capacidade Máxima: 100 KG. Funções Painel: Distância/Tempo/Calorias. Caracteristicas Adicionais: Pedais Magneticos)	Unidades	3	R$ 244,70	R$ 734,10
71	618391	**Faixa Exercitadora Muscular** (Tipo: Banda Circular E Latex. Intensidade De Resistência: Variadas. Material: Borracha Sintetica. Cor: Com Cor. Comprimento Linear: Cerca De 2 M. Largura: Cerca De 2,5 Cm. Apresentação: Unidade)	Kit	18	R$ 69,50	R$ 1.251,00
72	602160	**Aparelho / Equipamento Para Condicionamento Físico** (Tipo: Bola Para Pilates. Modelo: Bola Suíça. Aplicação: Condicionamento Físico. Caracteristicas Adicionais: Diâmetro: 65 Cm. PVC Antiderrapante. Carga: 200 Kg)	Unidades	15	R$ 80,00	R$ 1.200,00
73	465860	**Material Fisioterapia** (Tipo: Bola Lisa (overball). Material: PVC. Caracteristicas Adicionais: Sistema Anti-Estouro. Diâmetro: Cerca De 25 CM)	Unidades	6	R$ 30,00	R$ 180,00
74	612817	**Material Fisioterapia** (Tipo: Bola de Ielte. Material: Borracha Natural. Aplicação: Exercício Fortalecimento Muscular. Diâmetro: Cerca De 8 CM)	Unidades	50	R$ 14,00	700
					TOTAL	R$ 117.926,50

Nº 380
CPL

Fls. 24
SEMUS

Memória de cálculo: O material da Cotação previa feita está em apêndice deste ETP.

PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, que abrange materiais de expediente, materiais pedagógicos e equipamentos funcionais com características técnicas distintas e fornecedores potencialmente diversos no mercado, opta-se pelo parcelamento da contratação em itens individuais, a ser realizada na modalidade Pregão, preferencialmente eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei 14.133/2021.

A escolha pelo modelo de Pregão por itens justifica-se pelos seguintes fundamentos:

Ampliação da competitividade. Ao permitir que fornecedores especializados participem apenas dos itens nos quais possuem maior capacidade de atendimento e melhor formação de preço, evita-se que pequenos e médios fornecedores sejam excluídos por não conseguirem ofertar a totalidade dos itens de um lote único.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação dos materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais para a equipe eMULTI da Atenção Primária e Vigilância em Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Imperatriz espera alcançar um conjunto de resultados que se manifestam nas dimensões da economicidade, eficiência administrativa e melhoria dos serviços prestados à população.

No que se refere à economicidade, a realização de pregão por itens permitirá ampla competitividade entre os fornecedores, reduzindo os preços praticados em relação a aquisições emergenciais ou diretas. A expectativa é obter o menor preço por item, com ganhos de escala sempre que possível, além de diminuir desperdícios decorrentes da aquisição de materiais inadequados ou de baixa durabilidade. Com a padronização dos itens, evita-se a compra fragmentada e sem planejamento, gerando economia de recursos públicos e melhor alocação do orçamento destinado à saúde.

Em termos de eficiência administrativa, a contratação planejada proporcionará agilidade na disponibilização dos materiais e equipamentos para os profissionais da equipe eMULTI, eliminando períodos de desabastecimento que atualmente comprometem a rotina de trabalho. A padronização dos insumos facilitará os processos de almoxarifado, inventário e reposição, enquanto a definição clara de especificações técnicas e critérios de aceitação reduzirá conflitos na fiscalização e no recebimento dos produtos. Além disso, a gestão por contrato único, com múltiplos itens e possibilidade de múltiplos fornecedores, simplifica o acompanhamento e a cobrança de obrigações, conferindo maior segurança jurídica à administração.

No âmbito da melhoria dos serviços prestados à população, os resultados esperados são ainda mais significativos. Com os materiais de expediente adequados, os profissionais poderão registrar

atendimentos, organizar prontuários, elaborar relatórios e planejar ações sem interrupções ou improvisações. Os materiais pedagógicos permitirão a realização de atividades lúdicas e educativas mais atrativas e eficazes, fortalecendo o vínculo entre as equipes e a comunidade, especialmente em ações de educação em saúde com crianças, adolescentes, famílias e idosos. Já os equipamentos funcionais viabilizarão práticas de reabilitação, avaliação física, monitoramento de sinais vitais e atividades de promoção da saúde com qualidade técnica e segurança para os usuários.

Como resultado final, espera-se que a equipe eMULTI atue com maior resolutividade, autonomia e qualidade, impactando positivamente indicadores como tempo de resposta às demandas, satisfação dos usuários, adesão às ações de saúde e efetividade das intervenções psicossociais e funcionais. A população atendida pela Atenção Primária e Vigilância em Saúde de Imperatriz passará a receber um serviço mais célere, humanizado e profissional, refletindo diretamente na melhoria das condições de saúde e bem-estar da comunidade.

Desse modo, os resultados pretendidos alinham-se plenamente aos princípios do SUS universalidade, integralidade e equidade, bem como aos objetivos da Lei 14.133/2021, que busca eficiência, transparência e economicidade nas contratações públicas.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- Para a contratação dos materiais e equipamentos, a SEMUS deverá adotar as seguintes providências:
- Detalhamento da planilha de itens, com especificações técnicas completas (marca, modelo, unidade, quantidade estimada);
- Pesquisa de preços – conforme Decreto Municipal nº 013/2025, com no mínimo 3 cotações;
- Elaboração do Termo de Referência – com base neste ETP;
- Definição dos critérios de aceitação – verificação de conformidade na entrega;
- Abertura do processo licitatório – Pregão eletrônico (ou presencial, se justificado).

CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Não há contratações correlatas identificadas para este objeto.

IMPACTOS AMBIENTAIS

- Redução de descartáveis: Priorizar materiais duráveis e reutilizáveis;
- Eficiência energética: Equipamentos funcionais (ex.: tablets) devem priorizar baixo consumo;

- Descarte adequado: Obrigatoriedade de logística reversa para pilhas/baterias quando aplicável;
- Estímulo a fornecedores sustentáveis: Priorizar empresas que comprovem práticas ambientais responsáveis.

CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstram que a aquisição de materiais de expediente, pedagógicos e equipamentos funcionais para a equipe eMULTI é viável, necessária e urgente para a manutenção da qualidade dos serviços prestados pela Atenção Primária e Vigilância em Saúde de Imperatriz.

A ausência desses itens compromete diretamente a capacidade de atuação dos profissionais e o acesso da população a ações essenciais de promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação.

Portanto, com base no que foi apresentado, DECLARAMOS que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL, recomendando-se a modalidade Pregão (eletrônico), conforme diretrizes da Lei 14.133/2021.

Imperatriz - MA, 12 de maio de 2026.

Miryellen O. Pontes
Matrícula: 85283-2

Miryellen Oliveira Pontes
Comissão de Planejamento de Licitações/ SEMUS
852832

Zaira Keram de Melo
Coordenadora Equipe eMulti
Matrícula nº 39698-2

Dr. Anderson [illegible] Nascimento Santana
Superintendente de Atenção
Primaria e Vigilância em Saude

Nº 283 CPL

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nº

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

1. **PROPOSTA DE PREÇOS:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
				VALOR GLOBAL R$ ____ (POR EXTENSO)	

2. **PROPONENTE:**
   - RAZÃO SOCIAL: ...
   - CNPJ: ...
   - ENDEREÇO: ...
   - TELEFONE: ...
   - FAX: ...
   - E-MAIL: ...
3. **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO**
   - NOME: ...
   - CPF: ...
   - RG: ...
   - NACIONALIDADE: ...
   - ESTADO CIVIL: ...
   - PROFISSÃO: ...
   - ENDEREÇO COMPLETO: ...
4. **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ...
5. **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:** ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data
Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)

Nº 382 CPL

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
nº _____/2026
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02.19.00.0121/2026.

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva no elevador do Hospital Municipal de Imperatriz – HMI.

VALOR CONTRATUAL
R$ …… (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ nº 06.158.455/0001-16
Av. Dorgival Pinheiro de Sousa, 47, Centro, Imperatriz, Maranhão.
Lineker Costa Silva ....., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DO CONTRATADO
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro...., Número...., Bairro...., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas

Nº 385 CPL

acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva no elevador do Hospital Municipal de Imperatriz – HMI de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	3557 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva/corretiva do elevador do Hospital Municipal de Imperatriz HMI - para transportes de pessoas e cargas, com a substituição de peças, acessórios novos originais. •Equipamento nº EE1064733 – Atlas antigo. •Denominação: Maca •Tecnologia: Atlas antigo. •Cabina: Não consta o dado. •Comando: ACBB. •Acionamento: CAZV. •Capacidade: 770Kg. •Velocidade: 0,75 m/seg. •Maq.: CE365B •Posição da casa Maq.: Em cima. •Paradas: O4 •Operador de Porta: Operador tipo A •Motivo: ZML					
Valor Total						**R$ .....**

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

Nº 3861 CPL

2.3.3 – A Proposta do Contratado;
2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Nº 387 CPL

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nº 388 CPL

UNIDADE: .....
CLASSIFICAÇÃO: .....
NATUREZA DA DESPESA: .....
FICHA: .....

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

Nº 389 CPL

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Nº 390
CPL

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

Nº 391
CPL

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

Nº 392
CPL

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Nº 393
CPL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

17.1 O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

17.1.2 modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

17.1.3 extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

17.1.4 fiscalizar sua execução;

17.1.5 aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

17.1.6 ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

17.1.6.1 risco à prestação de serviços essenciais;

17.1.6.2 necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no item 17.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

Nº 394 CPL

18.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.
20.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
20.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz- MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA
_____	_____
–	–

TESTEMUNHAS

_____	_____
–	–
NOME:	NOME: